



SOLARIS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME nº 31.095.322/0001-95

Sterlite Power

Demonstrações Financeiras 2025

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Prezados Acionistas,

A Administração da **Solaris Transmissão de Energia S.A.** ("Companhia" ou "Solaris") em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Os resultados financeiros são informados de forma individual, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado controlada pela GBS Participações S.A. ("GBS Participações" ou "GBS" ou "Controladora"), cuja acionista é a Two Square Transmissions Participações S.A. ("Controladora" ou "Grupo TS Transmissions"), anteriormente denominada como Sterlite Brazil Participações S.A., cuja acionista é a Sterlite Grid 5 Limited, sediada na Índia.

Desempenho financeiro e operacional

Destacamos os principais indicadores de desempenho do período.

R\$ Mil	4T25	Dívida Líquida (R\$ Mil)	4T25
Lucro bruto	83.496	Curto prazo	185.417
Receita operacional bruta	94.276	Longo prazo	141.103
Margem lucro operacional	78,68%	Endividamento total	326.520
Receita operacional líquida	90.164	(-) Caixa e aplicações	(16.514)
Custos e despesas	(15.989)	(=) Dívida líquida	310.006
EBITDA	74.175	Índice de Endividamento Geral (R\$ Mil)	4T25
Margem EBITDA	82,27%	Passivo total	405.994
Lucro líquido do exercício	40.681	Ativo total	933.891
		Endividamento geral (EG)	43,47%

Governança corporativa

A TS Transmissions busca aperfeiçoar seu sistema de gestão, aplicando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito com seus acionistas, colaboradores, fornecedores e demais partes interessadas. A estrutura de governança brasileira tem como principal órgão a Diretoria Executiva formado pela presidência e por diretorias responsáveis por temas como cadeia de suprimentos, projetos, finanças, jurídico e recursos humanos. Durante o ano de 2021, a Companhia implantou sistemas e ferramentas necessárias ao aprimoramento de sua governança e processos de controles internos, buscando, cada vez mais, a segurança e transparência nas informações, integração e alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos e estratégias do grupo.

Responsabilidade ambiental e social

Na implantação das linhas de transmissão de energia, o Grupo TS Transmissions no Brasil opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos ambientais, de qualidade, de saúde e segurança do trabalho. A Companhia entende ser de suma importância uma análise integrada de critérios ambientais em longas extensões e sob diferentes aspectos, de modo a propor as ações, planos, programas e medidas, capazes de gerenciar os impactos ao meio ambiente e as populações inseridas nas proximidades das linhas e promover a preservação ambiental em todo o ciclo de vida de seus projetos. Neste sentido, a Companhia desenvolveu um conjunto completo de processos que cobre todas as fases do ciclo de vida de seus projetos. O SWW (Sterlite Way of Working) compreende: Handovers; Criação das SPes; Licenciamento ambiental; Engenharia; Negociações fundiárias; Supply Chain Management; Gerenciamento e execução de projetos; Qualidade; Saúde e segurança no trabalho.

Considerações Finais

Ao longo de 2025, a Companhia manteve seu compromisso com a excelência operacional, garantindo eficiência e segurança no fornecimento de energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional (SIN). A Sociedade reforça sua missão de contribuir para o desenvolvimento do setor elétrico e gerar valor para seus acionistas.

São Paulo, 31 de março de 2026.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL



31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024		Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	16.514	10.781	Fornecedores	10	8.273	5.102
Caixa restrito	6	7.809	-	Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	185.417	19.217
Concessionárias e permissionárias	7	5.824	6.303	Salários e encargos sociais		991	2.602
Tributos e contribuições a compensar		708	302	Tributos e contribuições sociais		705	624
Prêmio de seguro		704	445	Imposto de renda e contribuição social		482	498
Adiantamento a fornecedores	8	-	88	Encargos setoriais		3.094	1.011
Ativo da concessão	9	66.146	66.424	Dividendos a pagar	14	3.443	3.057
Outros ativos		617	346	PIS e COFINS diferidos	12	2.414	2.424
Total do ativo circulante		98.322	84.689	Total do passivo circulante		204.819	34.535
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	141.103	307.292
Caixa restrito	6	13.424	12.588	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	27.043	26.226
Concessionárias e permissionárias	7	1.299	-	Tributos indiretos diferidos	12	29.633	28.655
Ativo da concessão	9	811.866	785.061	Provisões para contingências	13	3.396	3.117
Prêmio de seguro		295	-	Total do passivo não circulante		201.175	365.290
Adiantamento a fornecedores	8	8.685	5.089	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		835.569	803.226	Capital social	14.a	199.951	197.691
Total do ativo		933.891	887.427	Reservas de lucros		327.946	287.651
				Adiantamento para futuro aumento de capital	14.b	527.897	485.342
				Total do patrimônio líquido		527.897	487.602
				Total do passivo e patrimônio líquido		933.891	887.427

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita de infraestrutura e operação e manutenção		12.694	21.580
Receita de remuneração do ativo de concessão		77.470	77.389
Receita operacional líquida	15	90.164	98.969
Custo de implementação de infraestrutura	16	-	(3.958)
Custo de operação e manutenção	17	(6.668)	(2.393)
Lucro bruto		83.496	92.618
Despesas gerais e administrativas	18	(9.321)	(8.794)
Outras receitas operacionais	19	-	19.374
Lucro antes do resultado financeiro		74.175	103.198
Receitas financeiras		2.908	2.016
Despesas financeiras		(33.304)	(35.704)
Resultado financeiro	20	(30.396)	(33.688)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		43.779	69.510
Imposto de renda e contribuição social - corrente	12	(2.281)	(2.037)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	12	(817)	(1.876)
Lucro líquido do exercício		40.681	65.597

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	40.681	65.597
Total de resultados abrangentes	40.681	65.597

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos de renda e contribuição social		43.779	69.510
Ajustes para conciliar ao lucro antes dos impostos ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais			
Remuneração do contrato de concessão	9	(78.572)	(79.580)
PIS e COFINS diferidos	12	968	(222)
Apropriação custo de captação de debêntures	11	12	20
Juros e variações monetárias de empréstimos, financiamentos e debêntures	11	20.178	20.447
Atualizações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	11	7.595	8.392
Provisões para contingências	13	279	1.230
Rendimentos financeiros caixa restrito (Aumento) diminuição nos ativos operacionais	6	(1.952)	-
Ativo de concessão		52.045	20.669
Adiantamentos a fornecedores		(3.508)	(2.173)
Prêmio de seguro		(554)	175
Concessionárias e permissionárias		(820)	(597)
Tributos e contribuições a compensar		(406)	-
Outros ativos		(271)	(346)
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais		3.171	(3.757)
Fornecedores		81	222
Tributos e contribuições sociais		(1.611)	570
Salários e encargos sociais		2.083	559
Encargos setoriais		(167)	(146)
Imposto de renda e contribuição social		(2.130)	(1.943)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		40.200	33.030
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		40.200	33.030
Atividades de financiamento			
Aumento de capital social		-	11.200
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	2.260
Distribuição de dividendos		-	(31.200)
Caixa restrito	6	(6.693)	(12.588)
Amortização do principal de debêntures e empréstimos	11	(7.545)	(6.763)
Amortização de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	11	(20.229)	(20.814)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento		(34.467)	(57.905)
Varição do saldo de caixa e equivalentes de caixa		5.733	(24.875)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º janeiro		10.781	35.656
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		16.514	10.781

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

das obrigações financeiras pactuadas. O Plano de RE foi aceito por credores que representam mais da metade dos Créditos Afetados Originais, conforme exigência do §1º do art. 163 da LRF. Em razão disso, o juízo deferiu o processamento da recuperação extrajudicial com suspensão (stay period) por 180 dias corridos, restrita aos Créditos Afetados Originais da Two Square e GBS, nos termos das decisões proferidas em 21 e 25 de julho de 2025. Em 09 de setembro de 2025, a Companhia, em conjunto com a Olindina e a GBS apresentaram nova versão do Plano de RE, a qual incluiu a reestruturação dos Créditos Afetados da Olindina. Na ocasião, foram apresentados Termos de Adesão que demonstraram que a nova versão do Plano de RE foi aceita por credores que representam mais da metade dos Créditos Afetados Originais, conforme exigência do §1º do art. 163 da LRF. Dessa forma, a nova versão do Plano de RE apresentada em 09 de setembro de 2025 abrange: i) Reestruturação obrigatória dos Créditos Afetados Originais; ii) Reestruturação facultativa dos Créditos Afetados Adicionais, mediante a adesão dos respectivos credores; iii) Reestruturação facultativa de Créditos Extraconcorais, mediante a adesão dos respectivos credores; Dentre os Créditos Abrangidos:

	Two Square	GBS	Olindina
Créditos Afetados Originais	773.807	14.605	20.006
Percentual de aceitação do Plano de RE	78%	61%	51%
Créditos Afetados Originais aderentes ao Plano de RE	601.025	8.863	10.227
Créditos Extraconcorais	-	99.295	192.243
Créditos Afetados Adicionais	-	595.259	-
Créditos Afetados Originais + Créditos Afetados Adicionais	773.807	609.864	20.006

* R\$ 900,00 (novecentos reais).

Nos termos da decisão proferida em 01 de outubro de 2025, foi deferido o processamento da recuperação extrajudicial também em relação à Olindina,

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucro	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Subtotal	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		186.491	12.825	91.194	149.858	-	440.368	-	440.368
Aumento de capital social	14.a	11.200	-	-	-	-	11.200	-	11.200
Adiantamento para futuro aumento de capital social	14.b	-	-	-	-	-	-	2.260	2.260
Distribuição de dividendos	14.d	-	-	-	(31.200)	(31.200)	-	-	(31.200)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	65.597	65.597	-	65.597
Constituição de reserva legal	14.c	-	3.280	-	-	(3.280)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14.d	-	-	-	-	(623)	(623)	-	(623)
Constituição de reserva de lucros a realizar	14.c	-	-	-	61.694	(61.694)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		197.691	16.105	91.194	180.352	-	485.342	2.260	487.602
Aumento de capital social	14.b	2.260	-	-	-	-	2.260	(2.260)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	40.681	40.681	-	40.681
Constituição de reserva legal	14.c	-	2.034	-	-	(2.034)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14.d	-	-	-	-	(386)	(386)	-	(386)
Constituição de reserva de lucros a realizar	14.c	-	-	-	38.261	(38.261)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		199.951	18.139	91.194	218.613	-	527.897	-	527.897

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

1.1. Objeto social: A Solaris Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Solaris"), foi constituída em 24 de julho de 2018 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. A Companhia, em julho 2022, entrou parcialmente em operação comercial equivalente a 29,22% da parcela de RAP original. Em setembro de 2022, as demais instalações foram entregues à operação comercial. Adicionalmente, há um escopo adicional de reforço de 2 transformadores 500/230 -13,8 kV na SE Janaúba 3, que foi entregue à operação em janeiro 2023, aumentando a RAP de Solaris em 38% em relação ao valor da RAP original. A Companhia se encontra 100% em operação incluído o reforço desde 25 de janeiro de 2023 e recebendo 100% de sua RAP. A Companhia tem sua sede na Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar, Edifício Continental Square, na Vila Olímpia. A companhia é controlada pela GBS Participações S.A., cuja acionista é a Two Square Transmissions Participações S.A. ("Controladora" ou "Grupo TS Transmission"), anteriormente denominada como Sterlite Brazil Participações S.A. **1.2. Da Concessão:** Em 28 de junho de 2018, o Grupo TS Transmission sagrou-se vencedor do Leilão ANEEL nº 2/2018. O contrato de concessão nº 31/2018 foi assinado em 21 de setembro de 2018, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e será atualizado pelo IPCA. O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Minas Gerais: (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Janaúba 3 e Jaíba, em circuito duplo, com extensão aproximada de 93 km; (ii) Subestação Jaíba com pátio de 230/13813,8 kV, (6+1 Res) x 33,3 MVA; (iii) Subestação Janaúba 3 com pátio de 500/230-13,8 kV, (6+1 Res) x 100 MVA; (iv) Linha de transmissão em corrente alternada em 345kV, entre as subestações de Pirapora 2 e Três Marias, em circuito simples, com extensão aproximada de 112,2 km; e (v) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalação vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

1.3. Receita Anual Permitida - RAP: O contrato de concessão assegura Receita Anual Permitida - RAP no montante de R\$31.430 (R\$66.081 ajustada para o ciclo 2025 - 2026, conforme estabelecido no Reajuste Anual das concessionárias de transmissão, definida por meio da Resolução Homologatória nº 3.481/25 de 15 de julho de 2025), a partir da entrada em operação das linhas de transmissão. A RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão. A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro

mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão. Em 18 de março de 2021, a SCT emitiu a Nota Técnica nº 120/2021, que subsidiou a emissão da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.860 de 30 de março de 2021, autorizando a implantação de reforços nas instalações objeto do Contrato de concessão nº 031/2018, de forma específica na Subestação Janaúba 3, referente a instalação dos 3º e 4º bancos de transformadores 500/230 kV - 3 x 100MVA cada, conforme a Resolução Autorizativa



SOLARIS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME nº 31.095.322/0001-95

Sterlite Power

Demonstrações Financeiras 2025



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

★ continuação

Em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

estendendo o stay period deferido na decisão de 21 de julho de 2025 à Olindina.

1.5.1. Homologação judicial do Plano de Recuperação Extrajudicial: O plano foi homologado nos termos da decisão proferida em 27 de janeiro de 2026, publicada em 30 de janeiro de 2026 no Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN), complementada pela decisão proferida em 06 de março de 2026, após o julgamento dos embargos de credores. Com a homologação judicial do Plano de RE, observados os Eventos de Rescisão Antecipada do Plano e as Condições de Eficácia do Plano, as obrigações de pagamento da Two Square, GBS e Olindina em face dos Créditos Afetados são novadas, nos termos do art. 59 da Lei nº 11.101/2005. Quantos aos Créditos Extraconcursais, a novação, observados os Eventos de Rescisão Antecipada do Plano e as Condições de Eficácia do Plano, depende da adesão dos respectivos credores ao Plano de RE. No que diz respeito à Two Square, a consequência direta da homologação judicial do Plano de RE, observados os Eventos de Rescisão Antecipada do Plano e as Condições de Eficácia do Plano, consiste na novação dos Créditos Afetados de pagamento se darão através da emissão de debêntures pela Two Square, no prazo e na forma previstos na Cláusula 3.1 do Plano de RE apresentado em 09 de setembro de 2025. Já em relação à GBS, a consequência direta da homologação judicial do Plano de RE, observados os Eventos de Rescisão Antecipada do Plano e as Condições de Eficácia do Plano, consiste na novação dos Créditos Afetados da Two Square, cujas novas condições de pagamento se darão através da emissão de debêntures pela Two Square, no prazo e na forma previstos na Cláusula 3.1 do Plano de RE apresentado em 09 de setembro de 2025. Já em relação à GBS, a consequência direta da homologação judicial do Plano de RE, observados os Eventos de Rescisão Antecipada do Plano e as Condições de Eficácia do Plano, consiste na novação dos Créditos Afetados da Two Square, cujas novas condições de pagamento se darão através da emissão de debêntures pela Two Square, no prazo e na forma previstos na Cláusula 3.1 do Plano de RE apresentado em 09 de setembro de 2025. Além disso, há a possibilidade de novação de créditos concursais, caso os respectivos credores adiram ao Plano de RE. No que diz respeito aos Créditos Adicionais da GBS, conforme previsto na Cláusula 3.3 do Plano de RE apresentado em 09 de setembro de 2025, foi realizado o Leilão Reverso, por meio do qual foram recomprados 23,12% dos créditos decorrentes da 1ª Emissão de Debêntures de titularidade dos vencedores do Leilão Reverso. Em virtude do "Contrato de Compromisso de Pagamento por Conta em Ordem com Sub-Rogação sob Condição Suspensiva", firmado entre a GBS e Banco BTG Pactual, o Banco realizou os pagamentos por conta e ordem da GBS, com sub-rogação, adquirindo os referidos créditos. Por fim, para a Olindina, a consequência direta da homologação judicial do Plano de RE, observados os Eventos de Rescisão Antecipada do Plano e as Condições de Eficácia do Plano, consiste na novação dos Créditos Afetados da Olindina, sendo as novas condições de pagamento as seguintes: única parcela devida até 30 de junho de 2026, conforme previsto na Cláusula 3.4 do Plano de RE apresentado em 09 de setembro de 2025. Além disso, há a possibilidade de novação dos Créditos Extraconcursais Olindina, caso os respectivos credores adiram ao Plano de RE, sendo as novas condições de pagamento previstas nas Cláusulas 4.2, 4.3 e 4.4 do Plano de RE apresentado em 09 de setembro de 2025. Por fim, nos termos da Cláusula 5.0 do Plano de RE apresentado em 09 de setembro de 2025 há a possibilidade de contratação de financiamento na modalidade debtor-in-possession ("DIP"), por meio de emissão de debêntures pela Olindina na data em que as Condições de Desembolso do Financiamento DIP forem verificadas ou expressamente renunciadas. A decisão homologatória do Plano de RE ainda não transitou em julgado, uma vez que se encontra em curso prazo recursal. Este documento deverá ser interpretado em conjunto com as disposições do Plano de RE apresentado em 09 de setembro de 2025 na Recuperação Extrajudicial. A administração permanece monitorando a evolução do processo e reavaliará eventuais efeitos às demonstrações contábeis a serem reconhecidos nos próximos períodos.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Continuidade operacional: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$106.497 (positivo em R\$50.154 em 31 de dezembro de 2024). O capital circulante negativo é decorrente da reclassificação para o passivo circulante, no montante de R\$165.473, em 31 de dezembro de 2025, correspondentes aos saldos das debêntures, anteriormente apresentados no não circulante, em função do não cumprimento de determinadas cláusulas restritivas "covenants" previstas na escritura das referidas debêntures, que ensejam na possibilidade da exigência do vencimento antecipado de tal dívida, por meio de deliberação da Assembleia Geral dos Debenturistas ("AGD"). A administração da Companhia já iniciou as formalidades previstas na escritura e está em tratativas com os debenturistas e agente fiduciário para convocação da "AGD" para deliberação sobre o perdão temporário "waiver". Vide mais informações na Nota 10. Adicionalmente, a Oliveira Trust, na qualidade de agente fiduciário, em 25 de julho de 2025, notificou a GBS informando que, em decorrência do ajuizamento da Recuperação Extrajudicial, a Escritura da 1ª Emissão de Debêntures da GBS venceu antecipadamente. Em 29 de julho de 2025, a Oliveira Trust emitiu convocação para a realização de Assembleia Geral de Debenturistas, que ocorreu em primeira convocação em 13 de agosto de 2025, no entanto, esta não foi instalada por ausência de quórum estipulado na Escritura da 1ª Emissão de Debêntures da GBS. Em 22 de agosto de 2025, o Desembargador Relator Ricardo Negrão deferiu parcialmente o pedido de antecipação dos efeitos da tutela reclusa, especificamente para obstar do vencimento antecipado das obrigações previstas no âmbito das Debêntures da GBS unicamente em razão do ajuizamento do pedido de homologação do Plano de RE. Nos termos da decisão proferida em 27 de janeiro de 2026, publicada em 30 de janeiro de 2026 no Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN), complementada pela decisão proferida em 06 de março de 2026, o Plano de Recuperação Extrajudicial da Two Square, GBS e Olindina foi homologado. Vide mais detalhes sobre a recuperação extrajudicial na Nota 1.5. É importante destacar que o processo de recuperação extrajudicial não incluiu diretamente a Companhia. A Companhia, a Goyaz Transmissão de Energia S.A. e a Borborema Transmissão de Energia S.A. estão operacionais e foram estruturadas de modo que sua estrutura de capital está condicionada exclusivamente a operação destas e de sua controladora direta GBS Participações S.A. Isto significa que os fluxos de caixa e ativos gerados pela Goyaz, Solaris e Borborema estão dedicados exclusivamente ao serviço de suas próprias dívidas e obrigações, bem como de sua controladora GBS. Contudo, não há como descartar que um eventual problema de liquidez da controladora do Grupo Two Square Transmissões Participações S.A., bem como as consequências do processo de recuperação extrajudicial e da eventual execução das debêntures da GBS, poderão refletir na Companhia. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim, dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de outra incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando, bem como, entende que as ações e planos citados acima serão suficientes para mitigar as incertezas descritas anteriormente. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.2. Bases de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 31 de março de 2026.

2.3. Moeda funcional e de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual atua. As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de reais (R\$), arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos,

receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revisados a menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: • Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (Nota 12); • Contabilização de contratos de concessão (Nota 9). Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. **Momento de reconhecimento do ativo contratual:** A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. **Determinação da taxa de desconto do ativo contratual:** A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, 9,44%. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia registrada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. **Determinação das receitas de implementação da infraestrutura:** Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

3 Políticas contábeis materiais

3.1. Instrumentos financeiros: a) **Ativos financeiros:** i) **Classificação e mensuração:** Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas: **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. **Custo amortizado:** Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e de gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. ii) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment):** Conforme o CPC 48 o modelo de "perdas esperadas" se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. iii) **Baixa de ativos financeiros:** A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.3. Ativo de concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (Nota 9). O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) **Ativo de concessão - financeiro:** A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) **Ativo de concessão - contratual:** A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de

caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RAP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto e, (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura, receita de operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. **3.5. Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.7. Dividendos:** O dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social da Companhia, equivale a 1% do lucro líquido ajustado pela constituição de reserva legal. Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos no passivo quando do encerramento do exercício. A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. **3.8. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável. **3.9. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) **Receita de infraestrutura:** Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) **Remuneração dos ativos de concessão:** Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 9,44% que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) **Receita de operação e manutenção:** Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.10. Despesas operacionais:** As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da Lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.11. Imposto de renda e contribuição social:** **Correntes:** A Companhia adota regime tributário do lucro presumido para cálculo do imposto de renda e contribuição social. O cálculo do imposto de renda tem como base 8% da receita total e sobre esse resultado é aplicada a alíquota de 25%, enquanto para o cálculo da contribuição social utiliza como base 12% da receita total e sobre o resultado aplicamos a alíquota de 9%. **Diferidos:** Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **3.12. Impostos sobre a receita:** a) **Impostos sobre serviços:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. **3.13. Despesas e receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os pagamentos dos juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

4 Normas e interpretações novas e revisadas

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025: A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2025 as normas abaixo, entretanto, não há efeito nas demonstrações financeiras.





SOLARIS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME nº 31.095.322/0001-95

Sterlite Power

Demonstrações Financeiras 2025



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Informações Financeiras	Ausência de conversibilidade/permutabilidade	01.01.2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (CO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBO)	Garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01.01.2025

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras. **4.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes:**

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
IFRS S1 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao Clima	Requisitos gerais para a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e clima	Adoção voluntária a partir de 2024 e 01.01.2026 para companhias abertas
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarações sobre reconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01.01.2026
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	01.01.2027
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em demonstrações financeiras	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	01.01.2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações	Permite que as subsidiárias apliquem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos	01.01.2027

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Contas correntes bancárias	156	8.837
Aplicações financeiras	16.358	1.944
	16.514	10.781

As aplicações financeiras estão mensuradas pelo valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária. As aplicações financeiras são do tipo compromissadas, remuneradas pelo CDI, sendo entre 70% e 98% em 2025 e 2024.

6 Caixa restrito

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras (caixa restrito)	21.233	12.588
	21.233	12.588
Circulante	7.809	-
Não circulante	13.424	12.588

A aplicação financeira está mensurada pelo valor justo por meio de resultado. A aplicação financeira é do tipo CDB remuneradas pelo CDI, sendo, entre 70% e 98% em 2025 e 2024. Aplicações constituídas em fundo de liquidez de reserva como garantia de empréstimos e financiamentos, para mais detalhes vide Nota 11.

b) Movimentação de debêntures

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2024	Juros	Atualização monetária	Apropriação custos de captação	Pagamentos de juros	Amortização de principal	Saldo em 31/12/2025
BNB - Banco do Nordeste Prioritário	84.058	4.981	-	-	(5.062)	(1.389)	82.588
BNB - Banco do Nordeste Não Prioritário	61.673	3.870	-	12	(3.928)	(375)	61.252
Debêntures	180.778	11.327	7.595	-	(11.239)	(5.781)	182.680
Total	326.509	20.178	7.595	12	(20.229)	(7.545)	326.520

A Companhia realizou, em dezembro de 2021, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e garantia fidejussória adicional, indexada ao IPCA e com juros remuneratórios de 6,40% a.a. ("Emissão de Debêntures"). A amortização ocorrerá em 44 (quarenta e quatro) parcelas semestrais e consecutivas, observando o prazo de carência de 25 (vinte e cinco) meses, contados a partir da data de emissão, sendo a primeira parcela com vencimento em fevereiro de 2024 e a última em fevereiro de 2045. Como garantia da Emissão de Debêntures, foi constituída uma conta reserva correspondente ao valor de uma parcela semestral, mantida até o vencimento final da dívida, e uma conta pagamento constituída mensalmente 1/6 do valor de uma parcela semestral que é utilizada para pagamento semestral da dívida. Em janeiro de 2021, a Companhia firmou um contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), no valor de R\$150.056, sendo aproximadamente R\$87.000 destinados a áreas prioritárias e R\$63.000 a áreas não prioritárias, conforme critérios definidos pelo próprio BNB ("Financiamento BNB"). Em maio de 2022, a Companhia recebeu o primeiro desembolso referente ao financiamento com o BNB, no montante de R\$75.390, sendo R\$43.664 destinados a áreas prioritárias e R\$31.726 destinados a áreas não prioritárias. Em novembro de 2022, a Solaris recebeu o segundo desembolso referente ao financiamento com o BNB, no montante de R\$52.266, sendo R\$30.188 destinados a áreas prioritárias e R\$22.078 destinados a áreas não prioritárias. Em abril de 2023, a Companhia recebeu o terceiro desembolso referente ao financiamento com o BNB, no montante de R\$19.398, sendo R\$11.220 destinados a áreas prioritárias e R\$8.178 destinados a áreas não prioritárias. Os pagamentos de juros ocorreram trimestralmente sobre ambos os valores até o início da amortização, em março de 2024. A partir desta data, os pagamentos passaram a ser mensais, juntamente com as prestações vincendas de principal, até o vencimento final do contrato, em fevereiro de 2045. Sob os valores prioritários, incidirão juros remuneratórios de 1,7576%, acrescidos de IPCA conforme metodologia de cálculo dos Fundos Constitucionais. Já sobre os valores não prioritários, os juros serão de 2,1482%, seguindo a mesma metodologia. Como garantia dos empréstimos, foi constituído ao BNB um fundo de liquidez de reserva, que é o equivalente a 2,1% do valor efetivamente desembolsado, mantido até o vencimento final do financiamento (veja Nota 5). Em novembro de 2021 a Companhia firmou o Contrato de Prestação de Garantias ("CPG"), tendo como fiadores os bancos Itaú Unibanco e BTG. Foram emitidas, em nome de Companhia, fianças bancárias no valor de R\$150.000 que garantem a Emissão de Debêntures e R\$150.056 que garantem o Financiamento BNB. As comissões de fiança serão pagas ao fim de cada período trimestral com base nos saldos atualizados da Emissão de Debêntures e do Financiamento BNB. A

7 Concessionárias e permissionárias

	31/12/2025	31/12/2024
Concessionárias e permissionárias	7.123	6.303
	7.123	6.303

A Companhia tem prazo médio de recebimento de 15 a 25 dias após o faturamento. Em 31 de dezembro de 2025, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	5.077	4.793
Vencidos até 30	48	588
Vencidos de 31 até 90	699	434
Vencidos a mais de 90	1.299	488
	7.123	6.303
Circulante	5.824	6.303
Não circulante	1.299	-

8 Adiantamentos a fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos a funcionários	-	88
Adiantamentos a fornecedores (i)	8.685	5.089
	8.685	5.177
Circulante	-	88
Não circulante	8.685	5.089

(i) Refere-se principalmente aos recursos liberados aos fornecedores relacionados à obra e subcontratados, de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais e serviços da construção da linha de transmissão. No momento das entregas das mercadorias e serviços os valores serão incorporados ao ativo contratual. Esses adiantamentos são assegurados pelas garantias recebidas pelos respectivos fornecedores.

9 Ativo de concessão

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	851.485	792.574
Receita de infraestrutura	15.704	21.907
Remuneração do ativo de concessão	78.572	79.580
Revisão tarifária periódica (Nota 19)	-	15.452
(-) Recebimentos	(67.749)	(58.028)
	878.012	851.485
Circulante	66.146	66.424
Não circulante	811.866	785.061

10 Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores relacionados a implementação da infraestrutura (i)	8.220	5.049
Retenções contratuais	53	53
	8.273	5.102

(i) Saldo referente à construção do projeto, principalmente com aquisições de máquinas e equipamentos bem como contratação de serviços.

11 Empréstimos, financiamentos e debêntures

a) As debêntures são compostas da seguinte forma:

Credor	Encargos	Data final	31/12/2025	31/12/2024
BNB - Banco do Nordeste Prioritário	IPCA + 1.7577%	15/02/2045	82.588	84.058
BNB - Banco do Nordeste Não Prioritário	IPCA + 2.1482%	15/02/2045	61.240	61.673
1ª emissão de debêntures	IPCA + 6,40%	15/01/2045	182.692	180.778
			326.520	326.509
			185.417	19.217
			141.103	307.292

comissão de fiança é de 1,35% ao ano (base 360 dias), calculada de forma simples e *pro rata temporis*, até a conclusão físico financeira da construção do Projeto. Em dezembro de 2023, o CPG e as cartas de fiança emitidas em favor do BNB e dos debenturistas foram aditados, postergando a data de vencimento por mais dois anos, até dezembro de 2025. Em setembro de 2025, o CPG e as cartas de fiança emitidas em favor do BNB e dos debenturistas foram aditados, com exceção da carta de fiança do BTG em favor do BNB que teve seu aditamento em outubro de 2025, todos os aditamentos postergaram a data de vencimento por mais dois anos. Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantidas, principais e acessórias, assumidas decorrentes da Emissão de Debêntures e do CPG, a Solaris cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores, sobre os direitos creditórios do projeto de implantação do Lote 20 do Leilão ANEEL nº 002/2018. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a Two Square Transmissions Participações S.A. e a GBS Participações S.A. alienaram fiduciariamente as ações da Companhia aos Credores. A Companhia excedeu o limite de gastos de manutenção previstos na cláusula 7.1.1 itens (liv) e (lv) da Escritura de Emissão das Debêntures, a qual está incluída na seção de obrigações adicionais da emissora e, consequentemente, pode implicar na decretação de vencimento antecipado. Entretanto, o não cumprimento de tais cláusulas não configura vencimento antecipado automático, uma vez que o evento em questão precisa ser aprovado em Assembleia Geral de Debenturistas para ser declarado o vencimento antecipado. A administração está em tratativas com os debenturistas e agente fiduciário para regularizar a situação por meio de negociação de waiver (dispensa do covenant financeiro). Em função do não cumprimento da cláusula citada acima, a Administração da Companhia reclassificou o montante total das debêntures para o passivo circulante. Com relação ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), calculado anualmente e que deve ser de, no mínimo, 1,20, este índice foi atingido em 31 de dezembro de 2025. Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
2026	-	8.236
2027	3.059	8.842
2028	3.787	8.923
2029	4.587	9.188
2030	5.496	9.338
2031	6.395	9.376
Após 2032	117.779	253.389
	141.103	307.292

12 Tributos diferidos

	31/12/2025	31/12/2024
a) Tributos diferidos:		
Imposto de renda diferido	17.560	17.030
Contribuição social diferida	9.483	9.196
IR e CS diferidos (Não circulante)	27.043	26.226
PIS diferido (i)	430	432
COFINS diferido (i)	1.984	1.992
Tributos indiretos diferidos (ii)	29.633	28.655
Outros tributos diferidos	32.047	31.079
	59.900	57.305
Circulante	2.414	2.424
Não circulantes	56.676	54.881

(i) O saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados são reconhecidos sobre a receita de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de contratual apurada sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 3,65%, o recolhimento ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17. (ii) Devido as alterações definidas pela Reforma Tributária, conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025, que determina que a partir de 01 de janeiro de 2027, o PIS e a COFINS serão extintos e substituídos pela contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a Companhia Classifica o saldo diferido de longo prazo como outros tributos diferidos mantendo o tratamento atual deste saldo, até que a legislação defina a alíquota efetiva do CBS (ainda não determinada) para que a Companhia reflita os devidos ajustes, ressaltando que tal alteração traz impactos no gross up da receita regulatória, e consequentemente, no fluxo de recebimento do ativo de contrato.

b) Conciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta	IRPJ	CSLL
Receitas CCI	26.527	26.527
Base de cálculo	26.527	26.527
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo presumida	2.122	3.183
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(531)	(286)
Mudança de cálculo (ajuste no resultado)	-	-
Revisão tarifária periódica (Nota 19)	-	-
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(531)	(286)
Receita realizada	60.992	60.992
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo presumida	4.879	7.319
Receitas financeiras	1.150	1.150
Base de cálculo total	6.029	8.469
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(1.507)	(762)
Outros ajustes	(12)	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.519)	(762)

	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta	IRPJ	CSLL
Receitas CCI	101.487	101.487
Base de cálculo	(657)	(657)
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo presumida	8.066	12.100
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(2.017)	(1.089)
Mudança de cálculo (ajuste no resultado)	1.299	701
Revisão tarifária periódica (Nota 19)	(320)	(173)
Outros	(184)	(93)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.222)	(654)
Receita realizada	59.292	59.292
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo presumida	4.743	7.115
Receitas financeiras	1.192	1.192
Base de cálculo total	5.935	8.307
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(1.434)	(748)
Outros ajustes	100	45
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.334)	(703)

c) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Reconhecido	Outros	Reconhecido				
	31/12/2023	no resultado	ajustes	31/12/2024	no resultado	ajustes	31/12/2025
Ativo/passivo							
Imposto de renda	(15.851)	(1.222)	43	(17.030)	(531)	(17.561)	
Contribuição social	(8.561)	(654)	19	(9.196)	(286)	(9.482)	
Não circulante	(24.412)	(1.876)	62	(26.226)	(817)	(27.043)	

13 Provisões para contingências

a) **Contingências passivas - risco de perda provável:** A Administração da Companhia com base em opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise dos processos judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para os processos em curso, como segue:

	Quantidade de processos	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2023	27	1.887
Cíveis (baixas/atualizações)	11	1.230
Saldo em 31 de dezembro de 2024	38	3.117
Cíveis (baixas/atualizações)	(2)	279
Saldo em 31 de dezembro de 2025	36	3.396

Em 31 de dezembro de 2025, todos os processos relacionados a perdas prováveis da Companhia referem-se a Ações de Constituição de Servidão e fundiários.

b) **Contingências passivas - risco de perda possível:** Em 31 de dezembro de 2025, após análise da Administração e de seus assessores jurídicos, não existem processos ou contingências classificadas com risco de perda possível, nos termos da legislação aplicável e das normas contábeis vigentes.

14 Patrimônio líquido

a) **Capital social:** A Companhia foi constituída em 24 de julho de 2018 com capital social autorizado de R\$1, divididas em 1.000 ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1. Em 31 de dezembro de 2025 o capital subscrito da Companhia é de R\$199.951 (em 31 de dezembro de 2024 o capital da Companhia era de R\$ 197.691), representado por 199.951.109 ações ordinárias nominativas totalmente integralizado, em moeda corrente nacional e no valor nominal de R\$1,00 cada. Conforme ata de assembleia de 31 de julho de 2025, a Companhia recebeu de sua única acionista, GBS Participações S.A., o montante de R\$2.260 destinado ao aumento de capital social, o qual foi totalmente subscrito e integralizado nesta data, mediante a emissão de 2.260,00 (dois milhões e duzentos e sessenta mil) ações ordinárias, sem valor nominal. Conforme ata de assembleia de 21 de agosto de 2024, a Companhia recebeu de sua única acionista a GBS Participações S.A. o montante de R\$11.200 destinados a aumento de capital social, o qual foi totalmente subscrito e integralizado nesta data, com a subscrição de 11.200.000 (onze milhões e duzentos mil) ações ordinárias e sem valor nominal, em cumprimento a condicionante da Assembleia Geral de Debenturistas - AGD, para obtenção de waiver sobre inadimplemento previsto na escritura de emissão das Debêntures.

b) **Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC:** Conforme AGE datada de 31 de julho de 2025, houve integralização do capital, anteriormente registrado como adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) no montante de R\$2.260,





SOLARIS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME nº 31.095.322/0001-95

Sterlite Power

Demonstrações Financeiras 2024



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

→ continuação

Em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

mediante a subscrição particular de 2.260 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralizadas à vista, em moeda corrente nacional pela acionista. c) **Movimentação em Reservas de lucros:**

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	40.681	65.597
Constituição da reserva legal (i)	(2.034)	(3.280)
Base de cálculo de dividendos	38.647	62.317
Dividendos mínimos obrigatórios	(386)	(623)
Reserva de retenção de lucro (ii)	-	-
Reserva de lucros a realizar (iii)	(38.261)	(61.694)
Saldo de lucros acumulados	-	-

(i) Reserva legal limitada em 5% do lucro líquido do ano, limitada a 20% do capital social antes da destinação. (ii) Reserva de retenção de lucros corresponde a parcela de lucro líquido do exercício excedente a reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório. A administração propõe a constituição de reserva de retenção de lucros nos termos do art. 196 da Lei 6.404/76. A Assembleia Geral dos acionistas deverá aprovar ou não a manutenção dessa reserva. (iii) Essa parcela advém substancialmente da contabilização de ativos e passivos, cujos prazo de realização financeira ocorrerão em exercícios futuros. Dessa forma, os valores mantidos nessa rubrica serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e realização financeira do saldo de ativo contratual e, conseqüente geração de caixa pela Companhia. d) **Distribuição de dividendos:** Conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2024, a acionista da Companhia aprovou a distribuição de dividendos, no montante de R\$11.200, proveniente do saldo da reserva lucros a realizar. Conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de agosto de 2024, a acionista da Companhia aprovou a distribuição de dividendos, no montante de R\$20.000, proveniente do saldo da reserva lucros a realizar. Conforme deliberado pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2025, a acionista da Companhia aprovou a distribuição de dividendos, no montante de R\$623, proveniente do lucro líquido do exercício de 2024. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal. Para o exercício de 2025 foi constituído R\$386 (R\$623 em 2024).

20 Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.908	2.016
	2.908	2.016
Despesas financeiras		
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e debêntures	(27.773)	(28.839)
Comissão e taxas	(4.731)	(6.454)
Despesas bancárias	(317)	(327)
Multas	(433)	(42)
IOF	(12)	(2)
Outros	(38)	(40)
	(33.304)	(35.704)
	(30.396)	(33.688)

21 Seguros

A Companhia possui contratos de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 002/2018-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à administração pública, conforme apresentado a seguir:

Fase	Garantias	Seguradora	Emissão	Vigência	Segurado	Valor
Operacional	Risco Civil	Seguradora Chubb	05/07/2024	25/05/2026	R\$ 50.000	
Operacional	Riscos Operacionais	Tokio Marine	28/06/2024	25/05/2027	R\$ 389.820	
(i) Os seguros contratados para cobrir risco de engenharia não serão renovados, pois a obra já está concluída.						
As premissas de risco adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes.						

22 Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros. **22.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:**

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nível	31/12/2025	31/12/2024
Contas correntes bancárias		156	8.837
Concessionárias e permissionárias		7.123	6.303
Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado	Nível	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras	2	16.358	1.944
Caixa restrito	2	21.233	12.588

15 Receita operacional líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta		
Receita de infraestrutura e operação e manutenção	15.704	21.907
Receita de remuneração do ativo de concessão	78.572	79.580
Total da receita bruta	94.276	101.487
PIS e COFINS sobre a receita	(3.230)	(1.640)
Encargos setoriais	(882)	(878)
Receita operacional líquida	90.164	98.969

16 Custo de implementação de infraestrutura

	31/12/2025	31/12/2024
Máquinas e equipamentos	-	(1.262)
Terrenos	-	(50)
Edificações	-	(829)
Servidão	-	(1.817)
	-	(3.958)

17 Custo de operação e manutenção

	31/12/2025	31/12/2024
Serviços de terceiros	(6.192)	(2.165)
Pessoal	(50)	(226)
Outros	(426)	(2)
	(6.668)	(2.393)

18 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal e encargos	(2.560)	(2.953)
Serviços de terceiros	(5.397)	(4.687)
Materiais	(9)	(8)
Aluguéis	(1)	(62)
Tributos	(84)	(16)
Seguros	(856)	(1.084)
Perdas de títulos incobráveis	-	(513)
Outros	(414)	529
	(9.321)	(8.794)

19 Outras receitas operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Outras receitas (CDE) (i)	-	3.922
Revisão tarifária periódica (Nota 9) (ii)	-	15.452
	-	19.374

(i) Refere-se aos valores a título da CDE (Conta Desenvolvimento Energética) liquidados no âmbito da CCEE. (ii) Efeito da revisão da RAP - Receita Anual Permitida, decorrente do processo de RTP - Revisão Tarifária Periódica, homologado pela resolução da ANEEL 3.348 de 16 de julho de 2024.

Posição em Indexador	Risco de redução				Risco de aumento	
	31/12/2025	Cenário provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (50%)	Cenário IV (25%)
CDI	16.358	14,90%	7,45%	11,18%	22,35%	18,63%
Equivalentes de caixa	2.437	2,43%	1,219	1,828	3,656	3,047
Caixa restrito	21.233	3,164	1,582	2,373	4,746	3,955
IPCA	326.520	4,26% + taxas fixas do contrato	4,35%	6,52%	13,04%	10,87%
		28.383	14,192	21.288	42.575	35.479

Ativos

Equivalentes de caixa
Caixa restrito

Passivos

Empréstimos, financiamentos e debêntures

b) **Riscos de preço:** As receitas da Companhia são nos termos do contrato de concessão a RAP, reajustadas anualmente pela ANEEL. c) **Riscos cambiais:** A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) **Riscos de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julgue adequados para a continuação do negócio. Adicionalmente, variações relevantes nos indexadores que definem as taxas juros dos financiamentos da Companhia são amenizadas pelo fato do contrato de concessão assegurar que a Receita Anual Permitida - RAP também está atrelada à índices.

23 Partes relacionadas

As transações mantidas com partes relacionadas são detalhadas nos itens a seguir:

Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nível	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos, financiamentos e debêntures		326.520	326.509
Fornecedores		8.273	5.102
Dividendos		3.443	3.057

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46: **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e **Nível 3** - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. **22.2. Gestão do capital:** A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das operações da Companhia. **22.3 Gestão de risco:** As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) **Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. **Análise de sensibilidade:** O ativo financeiro da Companhia está atrelado à variação do CDI. Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi de 31 de dezembro de 2025 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário. Os passivos financeiros da Companhia estão atrelados à variação do IPCA do período somados as taxas fixas previstas em contratos firmados. As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, no índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida com base nos valores existentes em 31 de dezembro de 2025. A análise de sensibilidade dos passivos financeiros inclui as taxas fixas dos contratos nos cenários de sensibilidade. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações no CDI e IPCA e seus impactos nos ativos e passivos da Companhia, adotando-se a data-base de 31 de dezembro de 2025, definimos o Cenário Provável para os próximos 12 meses e a partir deste, simulamos variações de redução de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) e de aumento de 25% (Cenário III) e 50% (Cenário IV) sobre as projeções de cada indexador.

Parte relacionada	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Two Square Transmission Participações S.A. (i)	-	-	-	(6.676)
Dividendos	-	-	-	(1.129)
GBS Participações S.A.	-	3.443	-	3.057
	-	3.443	-	3.057

Em 13 de maio de 2022 foi encaminhada à ANEEL, conforme determina a Resolução Normativa nº 948/21, a solicitação de anulação prévia para o contrato de compartilhamento de despesas entre a Companhia e sua controladora indireta Two Square. O pleito foi aprovado pela ANEEL por meio do despacho nº 2.120 de 10 de agosto de 2022 e segue vigente. **23.1 Remuneração da administração:** A remuneração dos diretores da Companhia é paga pela Two Square Transmission Participações S.A., com despesas compartilhadas por meio do reembolso do Contrato de Compartilhamento de Despesas. O saldo de compartilhamento de despesas encontra-se registrado na rubrica de "Despesas gerais e administrativas" no montante de R\$ 337 em 31 de dezembro de 2025.

24 Eventos subsequentes

24.1 Homologação judicial do Plano de Recuperação Extrajudicial: Conforme mencionada na nota explicativa 1.5.1, nos termos da decisão proferida em 27 de janeiro de 2026, publicada em 30 de janeiro de 2026 no Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN), complementada pela decisão proferida em 06 de março de 2026, o Plano de Recuperação Extrajudicial da Two Square, GBS e Olindina foi homologado.

DIRETORIA

Luiz Felipe Negreiros de Sá
Diretor

Julia Coelho Peres
Diretora

Gabriela Desire Olímpio Pereira
Diretora

CONTADOR

Anderson de Souza Santos
CRC - 1SP245747/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Solaris Transmissão de Energia S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Solaris Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.1 às demonstrações financeiras, que indica que o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R\$ 106.497 mil em 31 de dezembro de 2025, substancialmente pela reclassificação de financiamentos para o passivo circulante, no montante de R\$ 165.473 mil, em virtude do descumprimento

de *covenants* exigidos em contratos de financiamento, e que a Companhia irá solicitar aos credores a dispensa temporária (waiver). Adicionalmente, conforme divulgado na nota explicativa 1.5, sua controladora direta GBS Participações S.A. e sua controladora indireta Two Square Transmissions Participações S.A. protocolaram pedido de recuperação extrajudicial, o qual foi homologado em 6 de março de 2026, estando em fase de implementação e cumprimento das obrigações previstas no respectivo plano, inclusive no que diz respeito à novação dos créditos afetados. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas referidas notas explicativas, como a necessidade de caixa da Companhia para a manutenção de suas atividades operacionais indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem

a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Mensuração do ativo contratual:** Conforme divulgado na nota explicativa 3.3 às demonstrações financeiras, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa como contraprestação da obrigação de performance de construção. Conforme divulgado na nota explicativa 9, em 31 de dezembro de 2025, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R\$ 878.012 mil. O ativo contratual refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência do serviço de construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo custo incorridos, margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita financeira pela remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de construção da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo, uma vez que a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeta ao longo do tempo requer o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais, mão de obra e margens de lucros esperada bem como as projeções das receitas esperadas, o que requer estimativas do tempo de duração da fase de construção. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo





SOLARIS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME nº 31.095.322/0001-95

Sterlite Power

Demonstrações Financeiras 2025

→ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) a avaliação dos procedimentos relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da atribuição de receita a cada uma das obrigações de performance presentes nos contratos de concessão; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (x) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica; e (xi) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo de contrato da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo de contrato e das respectivas receitas de construção, assim como as divulgações nas notas explicativas 2.4, 3.3 e 9 são aceitáveis, no contexto das

demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos

opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios de comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2026

EY Shape the future
with confidence

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador - CRC PE-026317/O

www.sterlitepower.com/br/brazil



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>